



PROGRAMA DE GESTÃO ESTRATÉGICA



**PLANO ESTRATÉGICO
2010 - 2014**



PROGRAMA DE GESTÃO ESTRATÉGICA

**PLANO ESTRATÉGICO
2010 - 2014**



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

Desembargador José Antônio Parente da Silva
Presidente

Desembargador Cláudio Soares Pires
Vice-Presidente

COMPOSIÇÃO DO PLENO

Desembargador Manoel Arízio Eduardo de Castro

Desembargador José Ronald Cavalcante Soares

Desembargador Antônio Carlos Chaves Antero

Desembargador Antônio Marques Cavalcante Filho

Desembargadora Dulcina de Holanda Palhano

Juiz do Trabalho Paulo Régis Machado Botelho (Convocado)



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

NÚCLEO DE GESTÃO ESTRATÉGICA

Desembargador José Antônio Parente da Silva

Presidente do TRT

Desembargador Cláudio Soares Pires

Vice-Presidente do TRT

Juiz Federal do Trabalho Antônio Teófilo Filho

Representante da AMATRA

Juiz Federal do Trabalho José Maria Coelho Filho

Juiz Federal do Trabalho Rafael Marcílio Xerez

Inocêncio Rodrigues Uchoa

Secretário Geral da Presidência

Juiz Federal do Trabalho Aposentado

Francisco José Pontes Ibiapina

Diretor Geral de Secretaria

Maria Eveline Lima Fernandes

Diretora da Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças

Neiara São Thiago Cysne Frota

Diretora de Secretaria de Orçamento e Finanças

Joarez Dallago

Diretor da Secretaria de Tecnologia de Informação

Lourival Almeida de Aguiar

Assessor de Planejamento Estratégico

Moacir Maia dos Santos

Assessor de Comunicação Social

Raffaella Maria Duarte Dantas Lisbôa Mota

Representante do Sindissétima

Ana Valéria Santos Cavalcante

Assessoria de Planejamento Estratégico

Viviana Menezes Costa

Assessoria de Planejamento Estratégico



SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO DO PRESIDENTE	09
2 INTRODUÇÃO	11
3 METODOLOGIA	13
3.1 Etapas do Processo	14
4 CENÁRIO PARA A JUSTIÇA DO TRABALHO NO BRASIL	17
5 CAMPO DE ATUAÇÃO	19
6 IDENTIDADE ORGANIZACIONAL	21
7 AMBIÊNCIAS EXTERNA E INTERNA	22
8 FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO	29
9 DESAFIOS ESTRATÉGICOS	30
10 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E MAPA ESTRATÉGICO	32
11 INDICADORES E METAS	34
12 PLANO OPERACIONAL	43
12.1 Ações e Indicações de Projetos	43
12.2 Projetos Prioritários	47
13 CONSIDERAÇÕES FINAIS	48

1 APRESENTAÇÃO DO PRESIDENTE

Tenho a honra de apresentar o Programa de Gestão Estratégica que define o perfil institucional do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª região, e que, sem dúvida, pontificará como um marco fundamental na já alongada trajetória do judiciário trabalhista do nosso Estado.

A Resolução Nº 283, de 19.08.2008, do TRT da 7ª Região, elegeu a Gestão Estratégica como modelo de administração, e o Planejamento Estratégico como instrumento de sua viabilização, daí termos iniciado um grande esforço no sentido de construir coletivamente a missão institucional, a visão de futuro, os valores e crenças (institutos permanentes), assim como os objetivos estratégicos que balizarão a atuação do nosso Tribunal nos próximos cinco anos, e que também servirão como parâmetros para o desenvolvimento de gestões de corte democrático e participativo, centradas na co-responsabilidade, cooperação e integração. Esse programa sofreu ajustes a partir da Resolução Nº 70, de 18.03.2009, do Conselho Nacional de Justiça, de modo a alinhá-lo às diretrizes traçadas para o conjunto do judiciário brasileiro.

Estou certo de que com o Planejamento Estratégico demos concretude a um consistente processo de motivação e engajamento dos nossos magistrados e servidores, no sentido de fazê-los compreender o papel estratégico de cada um na instituição, e, a partir daí, sentirem-se verdadeiros protagonistas nessa caminhada, cujo objetivo maior é dotar o Regional de uma administração a um só tempo moderna, científica e rigorosamente democrática, no desiderato de atingir a excelência na prestação dos serviços judiciais à nossa comunidade.

O Mapa Estratégico, os projetos estratégicos, os indicadores e metas aqui apresentados representam a expressão gráfica e os resultados de um paciente e exaustivo trabalho desenvolvido ao longo de 15 meses, em dezenas e dezenas de workshops, reuniões de planejamento, de garimpagem de dados estatísticos e de sintetização, em que participaram 75% de todos os servidores da capital e interior e a quase totalidade dos magistrados de primeira e segunda instâncias, além de contar com a participação dos advogados trabalhistas e das 22 mais expressivas entidades associativas de trabalhadores e empregadores do nosso Estado, que, de uma forma ou de outra, se encontram sob o âmbito de atuação da Justiça do Trabalho, numa colaboração pioneira e extremamente profícua.

Agradeço a todos os que ajudaram a construir esse importante momento de nossa instituição, em especial à equipe de apoio técnico e aos 15 componentes do Núcleo de Coordenação do Planejamento Estratégico, certo de que construímos o alicerce de um novo tempo, em que a celeridade processual e a máxima excelência na prestação dos serviços judiciais serão tornadas realidade, e colocarão o TRT da 7ª Região entre as referências nacionais do setor.

Fortaleza, dezembro de 2009


José Antônio Parente da Silva

Desembargador Presidente do TRT da 7ª Região

2 INTRODUÇÃO

A Justiça do Trabalho no Brasil ingressou num forte processo de incorporação de novas tecnologias de gestão, que visam principalmente imprimir mais racionalidade, simplicidade, agilidade, eficiência e eficácia à sua ação operativa, e, ao mesmo tempo, fortalecer sua integração interna e entre os demais órgãos do Poder Judiciário, resguardada a autonomia e características singulares de cada um dos seus componentes.

Sintonizado com esse novo tempo, o Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região (TRT7) estabeleceu como meta alcançar a excelência na prestação dos serviços jurisdicionais nos próximos cinco anos, adotando a gestão estratégica como um dos fundamentos de sua administração, a qual se materializa na participação ativa e permanente de todas as pessoas e segmentos envolvidos interna e externamente na prestação dos serviços, de modo a construir alternativas que possibilitem o alcance das metas traçadas, no interesse da sociedade.

Adotou-se, então, o Planejamento Estratégico como ferramenta de gestão, o que demanda uma visão prospectiva que não se limita a preparar a organização para enfrentar problemas, mas também para evitá-los, para criar novas situações e concretizar o futuro desejado.

O processo de planejamento estratégico focaliza resultados de melhoria da performance institucional, mas, sobretudo, objetiva internalizar-se na cultura organizacional, operando como sistema permanente de compartilhamento e construção de idéias e métodos, de forma que os benefícios de sua implementação se vejam expressos de maneira sistêmica na esfera interna de funcionamento do Tribunal, de cada Vara da capital e do interior do Estado, nas interfaces entre as diversas unidades, ou nas relações do conjunto da instituição com outros tribunais e/ou instâncias superiores.

O Plano Estratégico 2010 – 2014 aqui apresentado, expressa os resultados de um processo construído de forma compartilhada pelo corpo de magistrados e servidores, mas com a significativa participação dos advogados trabalhistas e de entidades patronais ou de trabalhadores que, de uma forma ou de outra, encontram-se sob o âmbito de atuação da Justiça do Trabalho, todos trabalhando irmanados em prol da evolução da excelência da prestação de serviços jurisdicionais trabalhistas para a população do nosso Estado.

3 METODOLOGIA

A metodologia adotada no Programa de Gestão Estratégica do TRT7 é o Planejamento Estratégico Compartilhado, uma tecnologia inovadora de gestão que viabiliza a participação de integrantes da instituição e de outras organizações representativas envolvidas com a prestação ou beneficiadas pelos serviços jurisdicionais.

O Planejamento Estratégico Compartilhado é uma metodologia que prioriza a maximização da participação com base em uma visão sistêmica apoiada nas seguintes premissas:

- a) Estabelecimento colaborativo de futuros desejados.
- b) Definição conjunta de caminhos possíveis para alcançar futuros que assegurem a cooperação para o alcance de resultados.
- c) Manutenção de ações coerentes com esses futuros e gestão que possibilite uma execução integrada.
- d) Definição de responsabilidades individuais e esferas de co-responsabilidades pelas iniciativas a serem empreendidas.

A metodologia visa criar um ambiente de aprendizagem que facilite novas formas de interação e de trocas de idéias e conhecimentos, viabilizando o refinamento de proposições, a apropriação da tecnologia utilizada por parte das pessoas e a conseqüente autonomia organizacional para a sua aplicação.

O Programa de Gestão Estratégica do TRT da 7ª Região a partir da metodologia supra citada, orienta suas iniciativas por três fundamentos:



Todas as etapas do processo focalizaram o alcance da excelência funcional na entrega dos serviços jurisdicionais, priorizando a acessibilidade à justiça e celeridade, construída de forma participativa, com o envolvimento de todas as instâncias e áreas institucionais da capital e do interior do estado, considerando uma visão holística que articula de forma dinâmica, interativa e complementar a organização e o ambiente na qual ela está inserida.

3 METODOLOGIA

3.1 ETAPAS DO PROCESSO

PREPARAÇÃO

Na Etapa de Preparação foram identificados e analisados documentos que continham informações relevantes para o diagnóstico da sistemática organizacional estratégica do TRT7, no que tange às disfunções existentes, desafios gerenciais e administrativos, e outros pontos fortes e fracos da organização. Foram estudados também os documentos referentes à “Estratégia do Poder Judiciário” e outros escritos correlatos de instâncias superiores, visando manutenção de coerência das formulações com as diretrizes nacionais. Adicionalmente, foram indicados os componentes do Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica e do Grupo Técnico, construída uma agenda preliminar para a efetivação de atividades de etapas subsequentes e acordados aspectos acerca da sua organização, logística e convocações.

O Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica do TRT da 7ª Região, instituído pela Resolução Nº 283/2008 e conformado posteriormente às determinações da Resolução CNJ Nº 70/2009, foi criado com a finalidade de formular, implementar e gerir o planejamento estratégico.

O Grupo Técnico foi constituído com o objetivo de acompanhar o processo em suas etapas iniciais e adotar todas as providências necessárias para a sua realização.

SENSIBILIZAÇÃO DE LIDERANÇAS PARA A GESTÃO ESTRATÉGICA

Os focos dessa etapa foram: a realização de oficinas de gestão estratégica das quais participaram 217 lideranças, visando dotá-las de conhecimentos e técnicas para utilização da gestão estratégica e a realização de um workshop com 48 magistrados para compartilhar diretrizes, discutir desafios e o novo papel do gestor com visão estratégica.



WORKSHOP COM MAGISTRADOS



OFICINAS COM LIDERANÇAS

3 METODOLOGIA

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Esta etapa foi dividida em uma série de atividades:

Diagnóstico da Gestão Estratégica: foram realizados dois eventos de consulta à sociedade acerca de suas necessidades em relação aos serviços jurisdicionais da 7ª Região. O primeiro com os advogados trabalhistas e o segundo com 22 entidades representativas da sociedade cearense, incluindo centrais sindicais, sindicatos de trabalhadores, sindicatos e organizações empresariais, Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho (AMATRA VII) e a Associação dos Advogados Trabalhistas (Atrace). Eventos internos também foram promovidos, a saber: 5 workshops de consulta sobre a Identidade Organizacional, Ambiência Externa e Interna e sugestões de iniciativas, a 124 colaboradores que não haviam participado de etapas já realizadas.



EVENTO COM ADVOGADOS TRABALHISTAS



EVENTOS COM ENTIDADES DE CLASSES EXTERNAS

Formulações de Entrada para o Planejamento Estratégico: os resultados das etapas anteriores foram consolidados e submetidos à análise do Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica que as discutiu e transformou em um documento síntese preliminar a ser apreciado nos eventos subsequentes. Em 4 workshops, 113 lideranças do TRT discutiram o documento síntese e formularam propostas. As resultantes desses eventos foram discutidas e refinadas pelo Núcleo, que formulou um documento de entrada. Com base nas orientações contidas nesse documento, uma equipe ad hoc, designada pelo Núcleo, trabalhou na construção de indicadores, que foram submetidos à apreciação do mesmo. A partir dos indicadores homologados pelo Núcleo, uma equipe de 6 representantes, ampliada com integrantes de áreas institucionais efetuou um estudo da série histórica de desempenho do tribunal nesses indicadores nos últimos cinco anos.

Homologação do Planejamento Estratégico: o documento de entrada contendo as propostas de Tendências para o Judiciário Trabalhista no Brasil, Identidade Organizacional, Matriz de Clientes e Formas de Atendimento, Análise de Ambiência Externa e Interna, Fatores Críticos de Sucesso, Desafios e Objetivos Estratégicos, foi analisado e discutido por 125 magistrados e servidores em 2 workshops. Os resultados desses eventos foram refinados pelo Núcleo e se constituem nas orientações estratégicas do TRT7. Essas diretrizes, articuladas com a análise da série histórica de desempenho dos indicadores, fundamentaram a proposição de metas institucionais para os próximos cinco anos (2010 – 2014).

3 METODOLOGIA



WORKSHOPS DE HOMOLOGAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Planejamento Operacional: representantes das diversas áreas do tribunal foram reunidos em equipes multisetoriais para elaborar sugestões de iniciativas (ações e indicações de projetos), formular passos para a sua execução, dimensionar recursos materiais e orçamentários e indicar responsáveis e envolvidos.

Homologação do Planejamento Estratégico: Componentes Operacionais: essas formulações foram analisadas por representantes dos magistrados e submetidas à apreciação do Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica que elaborou a versão final.

Seguindo a orientação do CNJ, os objetivos estratégicos foram sistematizados no formato de Mapa Estratégico e as iniciativas consolidadas em 16 projetos prioritários, segundo a metodologia BSC – Balanced Scorecard, que se propõe configurar um painel de resultados a serem buscados pela organização, balanceados em perspectivas estratégicas, e mensurados com base em indicadores e metas a eles associadas.

Apresentação de Resultados do Programa: as resultantes do Programa de Gestão Estratégica foram apresentadas no dia 04 de dezembro de 2009 em um evento com a participação de cerca de 200 servidores e magistrados do TRT da 7ª Região.



APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS DO PROGRAMA DE GESTÃO ESTRATÉGICA

4 CENÁRIO PARA A JUSTIÇA DO TRABALHO NO BRASIL

A partir da análise de publicações e resultados de eventos especializados, foram elaboradas as seguintes tendências mais prováveis para o Judiciário Trabalhista no país que impactarão o desempenho do TRT da 7ª Região:

1. Maior controle por parte da sociedade e transparência pública.
2. Crescimento da demanda perante a Justiça do Trabalho.
3. Estimulo à conciliação em todas as fases processuais.
4. Redução do número de recursos judiciais e da taxa de recorribilidade.
5. Parametrização administrativa do Poder Judiciário.
6. Integração nacionalizada do Poder Judiciário.
7. Prestação do serviço público de forma compartilhada (Ex: TRT/SRTE).
8. Compartilhamento de pessoal, dados, informações, recursos materiais e tecnológicos com outros Órgãos.
9. Aperfeiçoamento e ampliação de convênios.
10. Jurisprudência vinculante.
11. Aumento da vertente fiscalizadora/arrecadadora.
12. Intensificação do controle externo administrativo por parte de órgãos superiores.
13. Simplificação e aperfeiçoamento dos procedimentos judiciais e administrativos.
14. Inserção pedagógica do Poder Judiciário na sociedade.
15. Exigência por celeridade e resultados: elevação dos níveis de efetividade.
16. Aprimoramento de atendimento ao público.
17. Aperfeiçoamento das Ouvidorias.
18. Melhor comunicação com a sociedade.
19. Auto atendimento.
20. Processo eletrônico.
21. Descentralização e desconcentração dos serviços judiciais e administrativos.
22. Unidades itinerantes.
23. Incremento de postos avançados.
24. Maior investimento em tecnologia.
25. SUAP - Sistema Unificado de Administração Processual (PROCESSO VIRTUAL).
26. Sistema de comunicação por voz, via Internet.
27. Uso de softwares livres.
28. Certificação digital (100% dos servidores).
29. Otimização e aperfeiçoamento do quadro de pessoal em função do avanço tecnológico.

4 CENÁRIO PARA A JUSTIÇA DO TRABALHO NO BRASIL

30. Padronização e simplificação de rotinas, de capacitação, de espaços físicos e de recursos materiais e financeiros.
31. Aumento do número de Varas/Juízes/Desembargadores.
32. Aumento na proporção de servidores da área fim em relação aos servidores administrativos.
33. Gestão de pessoas por competências, com ênfase na capacitação continuada.
34. Educação à distância.
35. Instituição de multiplicadores na capacitação de servidores.
36. Abertura interpretativa ao magistrado na aplicação do Direito.
37. Servidor consciente do seu papel como agente do interesse público.
38. Agir visando a sustentabilidade e com responsabilidade social.
39. Gestão ambiental (reciclagem/economia).
40. Planejamento/Gestão Estratégica voltada para Resultados.
41. Utilização de elementos estatísticos para a tomada de decisões .
42. Investimento em qualidade de vida.

5 CAMPO DE ATUAÇÃO

Os contatos com entidades representativas da sociedade em consonância com as prioridades estratégicas institucionais fundamentaram o mapeamento dos elementos que se constituem no campo de atuação do TRT da 7ª Região, sistematizados em termos da clientela atendida, de quais demandas devem ser consideradas, dos serviços ofertados e das parcerias estabelecidas.

GRUPOS DE CLIENTES

1. Partes dos processos
2. Entidades de classe
3. Advogados
4. Juízos
5. INSS
6. Receita Federal
7. CNJ
8. CSJT
9. Tribunais
10. AGU
11. Ministério Público
12. Outros órgãos públicos
13. Terceiros (licitantes, concursados, arrematantes, etc.)

NECESSIDADES

1. Prestação jurisdicional célere e efetiva
2. Facilitação do acesso à justiça
3. Eficácia das execuções: satisfatividade do direito postulado
4. Transparência dos atos judiciais e de gestão
5. Aprimoramento do sistema de consulta e acompanhamento dos processos
6. Maior capilarização da JT
7. Uso de juízo conciliatório em todas as instâncias
8. Procedimentos administrativos uniformizados
9. Linguagem acessível
10. Informações processuais precisas
11. Rapidez nos Cálculos trabalhistas
12. Depósito judicial para os bens penhorados
13. Agilização do pagamento dos precatórios
14. Apoio médico e psicossocial

PARCERIAS

- | | | |
|--------------------------------|---|--|
| 1. CSJT | 12. Banco do Brasil | 23. Entidades de classe |
| 2. CCNJ | 13. CEF | 24. Instituições de Ensino |
| 3. CRT's e TST | 14. DETRAN/CONATRAN | 25. SINE/IDT |
| 4. TCU | 15. Cartórios | 26. Governos municipais/Governo Estadual |
| 5. Ministério do Trabalho | 16. Junta Comercial | 27. Agentes de integração para fins de estágio |
| 6. Ministério Público | 17. Polícia Federal | 28. Escolas Judiciais e Associativas |
| 7. Defensoria Pública da União | 18. Receita Federal | 29. AGU |
| 8. OAB | 19. INSS | 30. Outras entidades bancárias |
| 9. ATRACE | 20. Outros Tribunais | |
| 10. AMATRA | 21. Associações de Peritos | |
| 11. ANAMATRA | 22. ACREI (Associação Cearense de Registradores de Imóveis) | |

5 CAMPO DE ATUAÇÃO

FORMAS DE ATENDIMENTO

1. Ata de audiência, com efeito de liberação da concessão de direitos incontroversos (Ex: FGTS, Seguro Desemprego, etc.)
2. Audiências
3. Julgamentos
4. Conciliações
5. Atos de execução
6. Atendimento pessoal na Justiça do Trabalho
7. Convênios
8. Realizar Cálculos Trabalhistas, inclusive nas Varas
9. Atendimento via Internet
10. Rede sem fio
11. Site de fácil consulta
12. Processo Digital
13. Publicação de atos processuais na WEB
14. Alvarás e certidões online
15. Terminais de consulta com orientação presencial
16. Sistema de atendimento eletrônico personalizado
17. Disk Justiça/TeleJustiça – 0800
18. Reuniões, palestras, cursos, treinamentos e outros eventos
19. Campanhas de conscientização e esclarecimentos
20. Informativos
21. TV Justiça 7ª Região
22. Ações informativas por meio da mídia
23. Vídeo Conferências
24. Varas Virtuais, Postos Avançados e Varas Itinerantes
25. Leilão unificado
26. Pregão eletrônico para alienação judicial
27. Uniformização das informações processuais
28. Atuação da Ouvidoria nas duas instâncias
29. Priorização do atendimento ao jurisdicionado através de encaminhamento ao Ministério do Trabalho, Sindicato, OAB e Defensoria Pública da União
30. Articulação institucional junto a órgãos públicos, parceiros, etc.
31. Jurisprudência consolidada
32. Ilhas de digitalização para as peças processuais
33. Provimento consolidado para procedimentos administrativos de rotina nas Varas e Gabinetes
34. Ambulatório médico funcionando em horário integral e adequadamente equipado
35. Lanchonete e Restaurante
36. Bebedouros
37. Setor de Apoio Psicossocial
38. Recepção
39. Atividades pedagógicas e culturais na comunidade
40. Informativo financeiro para auxiliar nos recolhimentos fiscais e previdenciários
41. Instituição de quadro de peritos
42. Capacitação contínua dos servidores
43. Armazenamento de bens penhorados
44. Plantão Judicial

6 IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

A identidade organizacional aprovada pelo conjunto dos participantes do Planejamento Estratégico expressa a Missão, a Visão de Futuro, os Valores e Crenças da instituição, tendo, portanto, caráter de perenidade, exceto quando mudanças muito radicais e expressivas na organização ou em sua ambiência aconselharem algum tipo de ajuste específico.

A Missão expressa a razão de ser da organização, a essência de sua atuação, sua finalidade última, em termos dos benefícios que ela fornece à sociedade.

Os Valores e Crenças são convicções que orientam o relacionamento da instituição com seus clientes, magistrados, servidores, parceiros, fornecedores, governos e sociedade.

A Visão de Futuro sintetiza a situação desejada para a organização. Deve ser positiva e inspiradora, abrangente e detalhada atuando como pólo aglutinador dos esforços de todos os seus integrantes.

MISSÃO

Realizar a justiça nos conflitos decorrentes das relações de trabalho, de forma célere e efetiva, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania.

VISÃO DE FUTURO

Ser referência nacional pela excelência na prestação dos serviços jurisdicionais, com responsabilidade sócio-ambiental, corpo funcional motivado e capacitado, otimização dos recursos materiais e imateriais, gestão ética, transparente e participativa.

VALORES E CRENÇAS

Ética: proceder com honestidade e integridade em todas as suas ações e relações.

Impessoalidade: trabalhar sem interesses pessoais, visando ao interesse da sociedade.

Urbanidade: primar pela convivência harmônica, cortês e responsável, pautada no respeito à cidadania e dignidade humana.

Transparência: agir e decidir de forma clara e acessível à sociedade.

Credibilidade: inspirar confiança nos usuários, servidores e parceiros, por meio da atuação comprometida com a justiça.

Efetividade: prestar os serviços jurisdicionais com excelência, empreendendo o seu aprimoramento permanente, com foco no alcance das metas.

Eficiência: alcançar os melhores resultados com menor dispêndio de tempo e recursos.

Legalidade: pautar-se pela observância da lei, tratados internacionais e Constituição Federal.

Gestão Participativa: administrar a Instituição de forma interativa, com a participação de magistrados, servidores e sociedade, promovendo uma ambiência de diálogo intra e extra organizacional.

Responsabilidade Sócio-ambiental: adotar práticas solidárias, com uso sustentável dos recursos em prol das gerações atuais e futuras.

Inovação: construir novas práticas e aperfeiçoar as atuais, com foco na prestação excelente dos serviços.

Unidade: observar a coesão em ações e iniciativas para concretização dos objetivos institucionais.

Profissionalismo: agir com dedicação, competência, efetividade, ética e compromisso na realização dos objetivos institucionais.

Proatividade: antecipar tendências, problemas e indicar soluções, realizando práticas preventivas.

Celeridade: garantir a razoável duração do processo, adotando as medidas necessárias para a sua tramitação com a maior brevidade possível.

7 AMBIÊNCIAS EXTERNA E INTERNA

A análise ambiental externa teve como foco os fatores predominantes do ambiente externo (oportunidades e ameaças) que influenciam ou podem vir a influenciar o desempenho do TRT, rumo ao alcance de sua Visão de Futuro.

OPORTUNIDADES: são elementos do ambiente externo que, se adequadamente aproveitados pela organização, podem influenciá-la positivamente.

AMEAÇAS: são elementos do ambiente externo que, se não evitados ou minimizados pela organização, podem afetá-la negativamente.

A análise ambiental interna teve como foco a identificação das fragilidades e potencialidades que caracterizam o atual ambiente interno da organização, em relação à sua Identidade.

PONTOS FORTES: são características institucionais, tangíveis ou não, que podem ser potencializadas para otimizar o seu desempenho.

PONTOS FRACOS: são características institucionais, tangíveis ou não, que devem ser minimizadas para evitar influências negativas sobre seu desempenho.

AMBIÊNCIA EXTERNA / Ameaças

1. Crise econômica mundial.
2. Aumento do desemprego.
3. Desconhecimento dos direitos e deveres pelo cidadão.
4. Falta de credibilidade por parte da sociedade no Poder Judiciário.
5. Distorção da imagem do Judiciário pelos meios de comunicação.
6. Demora na prestação jurisdicional.
7. Descumprimento de ordens judiciais, inclusive dos precatórios.
8. Reforma trabalhista com supressão, desregulamentação e flexibilização de direitos.
9. Políticas contrárias aos interesses sociais.
10. Legislação processual inadequada.
11. Ingerência externa na administração dos Tribunais.
12. Precariedade nas formulações de decisões administrativas por parte dos Conselhos Superiores.
13. Preterição dos critérios técnicos na disputa por recursos entre os Regionais.
14. Utilização da arbitragem privada na resolução de conflitos trabalhistas.
15. Falta de continuidade em projetos iniciados em gestões anteriores.
16. Corte orçamentário.
17. Formação acadêmica jurídica deficiente.
18. A presença de intermediadores de advogados no Fórum Autran Nunes.
19. Banalização do descumprimento da legislação.
20. Esvaziamento da competência constitucional da Justiça do Trabalho.
21. Simulação de conflito judicial (lide simulada).

7 AMBIÊNCIAS EXTERNA E INTERNA

AMBIÊNCIA EXTERNA / Oportunidades

1. Ampliação da estrutura do Poder Judiciário.
2. Ampliação da competência da Justiça do Trabalho.
3. Existência de órgãos de controle do judiciário (CNJ/CSJT).
4. Criação de uma política judiciária para o Brasil pelo CNJ.
5. Integração do Poder Judiciário Nacional.
6. Novas tecnologias.
7. Implantação do SUAP - SISTEMA UNIFICADO DE ADMINISTRAÇÃO PROCESSUAL (PROCESSO VIRTUAL).
8. Implantação do sistema de comunicação por voz, via Internet.
9. Convênios (parcerias eficientes).
10. Participação da sociedade.
11. Esclarecimento da população acerca dos direitos sociais, materiais e processuais.
12. Gestão e planejamento estratégico.
13. Criação de postos avançados e unidades itinerantes.
14. Percepção de que a JT é acessível, célere, gratuita e informal.

AMBIÊNCIA INTERNA / Pontos Fracos

TECNOLOGIA:

1. Deficiência na tecnologia da informação.
2. Sistema de informatização precário nas áreas meio e fim.
3. Suporte insuficiente da informática.
4. Ausência de suporte presencial da área informática em tempo integral.
5. Faltam profissionais do ramo da informática: desenvolvimento no sistema de informática como um todo e assistência técnica.
6. Quantitativo de pessoal insuficiente na área tecnológica.
7. As informações nos terminais de atendimento não são tão atualizadas quanto as que estão disponíveis nas Varas.
8. Desatualização do site em relação às informações judiciais e administrativas.
9. Velocidade da Internet que inviabiliza a agilidade dos serviços.
10. Planejamento insuficiente para TI.
11. Falta de padronização do cadastro no sistema (crítica).
12. Falta de treinamento em informática para magistrados e servidores.
13. Sistema de comunicação deficiente: MSN, VOIP, Sistema Hermes (malote digital).
14. Ausência de assinatura de Publicações Jurídicas nas Varas do interior.
15. Ausência de terminais de auto-atendimento em algumas Varas do interior.
16. Ausência de Painel eletrônico para acompanhamento da pauta de audiências em tempo real.
17. Falta de integração no sistema.

7 AMBIÊNCIAS EXTERNA E INTERNA

AMBIÊNCIA INTERNA / Pontos Fracos (*continuação*)

PROCESSOS JUDICIAIS:

18. Despadronização dos procedimentos.
19. Reduzido número de servidores e de juízes em relação ao número de processos.
20. Impontualidade no início da pauta.
21. Alta taxa de congestionamento de processos na fase de execução.
22. Dificuldades na expedição de certidões.
23. Morosidade processual causada por excesso de recursos.

FLUXOS DE ATIVIDADES:

24. Deficiência na comunicação interna: informação, compartilhamento de prioridades.
25. Burocratização nos procedimentos.
26. Deficiência na interação para troca de experiências.
27. Atendimento deficiente ao usuário.
28. Falta de orientação para uso dos terminais de auto-atendimento.
29. Incipiente cultura de planejamento.
30. Ausência de medição com base em indicadores de desempenho.
31. Descontinuidade administrativa.
32. Morosidade na tramitação de processos administrativos, especialmente licitatórios.
33. Falta de recursos financeiros destinados as Varas, para pequenas despesas freqüentes.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

34. Atribuições setoriais divulgadas inadequadamente.
35. Distanciamento entre área administrativa e área fim.
36. Atividades funcionais mal definidas e distribuídas.
37. Limitação funcional (alguns só fazem o próprio serviço)
38. Falta de integração entre servidores, entre unidades e entre diretorias.
39. Concentração de informações em alguns setores.
40. Centralização excessiva nos aspectos administrativos com desvalorização da área fim.
41. Descontinuidade de políticas de gestão.
42. Deficiências de gestão participativa.

7 AMBIÊNCIAS EXTERNA E INTERNA

AMBIÊNCIA INTERNA / Pontos Fracos (*continuação*)

43. Falta de eficiência na divulgação de informações por parte dos superiores hierárquicos.
44. Insuficiência de unidades judiciárias, magistrados e servidores.
45. Falta de rodízio de atribuições.
46. Deficiência no número de profissionais e estrutura dos setores Médico, Odontológico e de Segurança.
47. Varas do interior: deficiência de suporte técnico.
48. Desigualdade na distribuição dos recursos entre Varas da capital e do interior.
49. Dificuldades para o atendimento de necessidades específicas das Varas.
50. Ausência de posto de Ouvidoria no Fórum.

BASE FÍSICA:

77. Deficiência na aquisição e na qualidade dos materiais de expediente.
78. Falta de estacionamento para servidores (Fórum e TRT).
79. Estrutura física inadequada.
80. Elevadores subdimensionados e com manutenção deficiente.
81. Ambientação climática inadequada e com manutenção deficiente.
82. Iluminação inadequada.
83. Falta de material de trabalho, desde coisas simples como canetas, cartuchos de impressoras.
84. Local de trabalho inadequado para o exercício de determinadas funções (Ex.: Marcenaria, Distribuição).
85. Desperdício de material.
86. Mobiliário inadequado nas Varas do interior e na Sede do TRT.
87. Ausência de restaurantes.
88. Serviço de copa.
89. Salas mal dimensionadas na sede do TRT.
90. Alagamento da entrada principal do Fórum.
91. Deficiência no envio de livros atualizados para as Varas do interior.
92. Ausência de visor de vidro nas portas de audiência.
93. Ambiente físico inadequado para acomodação dos processos arquivados definitivamente em Varas do interior.
94. Deficiência de manutenção de jardins nas instalações das Varas do interior.
95. Deficiência na distribuição dos espaços físicos para os setores.

7 AMBIÊNCIAS EXTERNA E INTERNA

AMBIÊNCIA INTERNA / Pontos Fortes

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

1. Credibilidade.

TECNOLOGIA:

2. Informatização.

3. Modernização em TI.

4. Vídeo-conferência.

5. Informatização da biblioteca, inclusive com a compra de softwares e produtos digitais.

6. Processo de implantação do SUAP - SISTEMA UNIFICADO DE ADMINISTRAÇÃO PROCESSUAL (PROCESSO VIRTUAL).

7. Participação e desenvolvimento no plano piloto de instalação do SUAP - SISTEMA UNIFICADO DE ADMINISTRAÇÃO PROCESSUAL (PROCESSO VIRTUAL), na condição de um dos 4 pioneiros.

8. Link eletrônico para acordos (conciliação).

9. Carta precatória eletrônica.

10. Disponibilidade de assinatura de publicações jurídicas nas Varas da capital.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL:

11. Articulação política.

23. Postos avançados.

12. Articulação institucional.

24. Acesso direto à Presidência.

13. Gestão participativa.

25. Programa "Fale com o Presidente".

14. Melhor integração entre o Fórum e o Tribunal.

26. Transparência – inibição de abusos por parte dos gestores.

15. Gestão ambiental.

27. Agenda cultural.

16. Espírito de colaboração e comprometimento de magistrados e servidores.

28. Instalação de Agência de Atendimento da SRTE no Fórum.

17. Busca de melhoria do órgão como todo.

29. Criação de Unidade de Apoio à Execução Trabalhista.

18. Criação das turmas.

19. Central de Mandados.

20. Ouvidoria.

21. ERMAT.

22. Implantação do memorial do TRT.

30. Aproximação da instituição em relação aos setores gerais da sociedade, por meio de palestras e informativos, gerando a troca de opiniões e sugestões.

7 AMBIÊNCIAS EXTERNA E INTERNA

AMBIÊNCIA INTERNA / Pontos Fortes (*continuação*)

PROCESSOS JUDICIAIS:

31. Processos distribuídos e encaminhados devidamente.
32. Produtividade.
33. Leilão unificado.
34. Conciliação de precatórios.
35. Conciliação de processos com o recurso de revista.
36. Fonte de arrecadação das contribuições fiscais e previdenciárias.
37. Criação do E-Jus.
38. Bom acesso às informações processuais e jurisprudência.
39. Facilidade de acesso do jurisdicionado à Justiça do Trabalho.
40. Celeridade em relação aos demais órgãos julgadores.
41. Hasta Pública por meio eletrônico.
42. Pagamento de honorários periciais pela União nos casos de reclamante beneficiário da Justiça gratuita.
43. Pagamentos de RPVs.

FLUXOS DE ATIVIDADES:

44. Gestão e planejamento estratégico.
45. Abertura da participação do servidor no planejamento estratégico.
46. Convênios.
47. Licitações bem feitas.
48. Administração proativa.
49. Convênios com TVs públicas.

PESSOAS:

50. Quadro qualificado de magistrados e servidores.
51. Cursos oferecidos pelo TRT com o intuito de capacitar os servidores e permitir a incorporação do adicional de qualificação aos seus vencimentos.
52. Instrutoria interna.
53. Adequadas condições de trabalho.
54. Existência de boa governança.
55. Visão estratégica da atual gestão.

7 AMBIÊNCIAS EXTERNA E INTERNA

AMBIÊNCIA INTERNA / Pontos Fortes (*continuação*)

PESSOAS:

- 56. Ambiente de trabalho harmônico.
- 57. Receptividade de servidores quanto ao recebimento das atribuições.
- 58. Profissionais comprometidos.
- 59. Plano de cargos e salários.
- 60. Boa remuneração.
- 61. Nomeação de servidores da instituição para cargos de direção.
- 62. Estabilidade funcional.
- 63. Jornada de trabalho.
- 64. Horário contínuo.
- 65. Contratação de estagiários.
- 66. Programa de voluntariado.
- 67. Programa Adolescente Trabalhador.

BASE FÍSICA:

- 68. Novas instalações do Fórum Autran Nunes.
- 69. Estrutura física (predial) da capital.
- 70. Sala Cofre para guarda do Data Center.
- 71. Localização excelente.

8 FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO

Elementos fundamentais para o sucesso institucional em termos da realização de sua Identidade Organizacional. Representam a síntese dos temas relevantes a serem considerados nas formulações estratégicas.

FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO DO TRT7:

1. Celeridade e efetividade na prestação jurisdicional.
2. Excelência no atendimento.
3. Comunicação interna e externa.
4. Continuidade administrativa.
5. Gerenciamento de resultados.
6. Racionalização, uniformização e normatização de fluxos e procedimentos administrativos e rotinas das unidades judiciárias.
7. Orçamento e aplicação adequada dos recursos.
8. Adequação e atualização tecnológica.
9. Gestão compartilhada com integração intersetorial e interorganizacional.
10. Integração entre magistrados e servidores.
11. Gestão e registro de saberes e competências .
12. Adequado quantitativo de magistrados e servidores.
13. Comprometimento por parte de magistrados e servidores com o alcance de resultados positivos.
14. Programa de qualidade de vida.
15. Aperfeiçoamento continuado de servidores e magistrados.

9 DESAFIOS ESTRATÉGICOS

A análise dos fatores críticos resultou no desdobramento de questões-chave, grandes desafios, que devem ser superados, pois dificultam o alcance da Visão de Futuro institucional.

DESAFIOS ESTRATÉGICOS DO TRT7:

1. Conscientização de servidores e magistrados de seu papel estratégico na instituição.
2. Compromisso, acompanhamento e aferição em todos os níveis para que a instituição alcance resultados eficazes.
3. Melhoria substancial da posição da 7ª Região no ranking nacional de resultados do Judiciário.
4. Modernização da 7ª Região com a busca e gerenciamento das inovações tecnológicas, a fim de disponibilizar uma prestação jurisdicional efetiva.
5. Comprometimento das futuras gestões com as mudanças implementadas.
6. Melhor utilização dos meios de comunicação interna e externamente.
7. Esclarecimento à sociedade acerca dos direitos e deveres trabalhistas, bem como do papel dos diversos órgãos envolvidos nas relações de trabalho.
8. Dar continuidade ao processo de aproveitamento e valorização das sugestões (informações) fornecidas pelas entidades da sociedade.
9. Melhoria dos canais de comunicação entre administração e servidores.
10. Desenvolvimento da gestão participativa.
11. Desconcentração de competências administrativas visando o aperfeiçoamento dos serviços.
12. Uniformização e padronização das rotinas de trabalho nas Varas e demais áreas do TRT.
13. Cumprimento do horário de início da primeira audiência, com intervalos razoáveis entre esta e as subsequentes.
14. Duração razoável na prolação de despachos e decisões judiciais.
15. Criação de mais Varas.
16. Realocação e redefinição da competência territorial de Varas.
17. Estruturação dos diversos setores, de forma que o mesmo serviço seja do domínio de vários servidores.
18. Melhoria das relações entre juízes, advogados, partes e servidores, onde o respeito seja exercido.
19. Oferta de treinamento para advogados e assistência às partes, para utilização do SUAP.

9 DESAFIOS ESTRATÉGICOS

DESAFIOS ESTRATÉGICOS DO TRT7 (*continuação*):

20. Aumento do quadro de magistrados.
21. Aumento do quadro de servidores. Concurso regionalizado e setorizado por área de especialidade.
22. Estabelecimento de critérios objetivos para escolha de cargos em comissão e funções comissionadas.
23. Criação de banco de talentos na busca de servidores com qualificação adequada para lotação.
24. Desenvolvimento de política de valorização do quadro funcional.
25. Capacitação continuada de magistrados e servidores, nas áreas técnicas, em gestão administrativa e liderança.
26. Criação de ambiente de trabalho propício à produção e implementação de inovações.
27. Otimização da segurança pessoal e patrimonial.
28. Redução e otimização de custos de funcionamento do TRT7.
29. Maior valorização e priorização da atividade-fim da instituição.
30. Qualidade de vida: ginástica laboral, apoio médico, psicológico e ao esporte para servidores e magistrados.

10 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E MAPA ESTRATÉGICO

São marcos que sinalizam as grandes prioridades estratégicas, consideradas como as mais adequadas dentro da situação atual e das tendências mais prováveis, a serem buscados pelo TRT da 7ª Região, no sentido do alcance dos resultados e da plena realização de sua Identidade Organizacional.

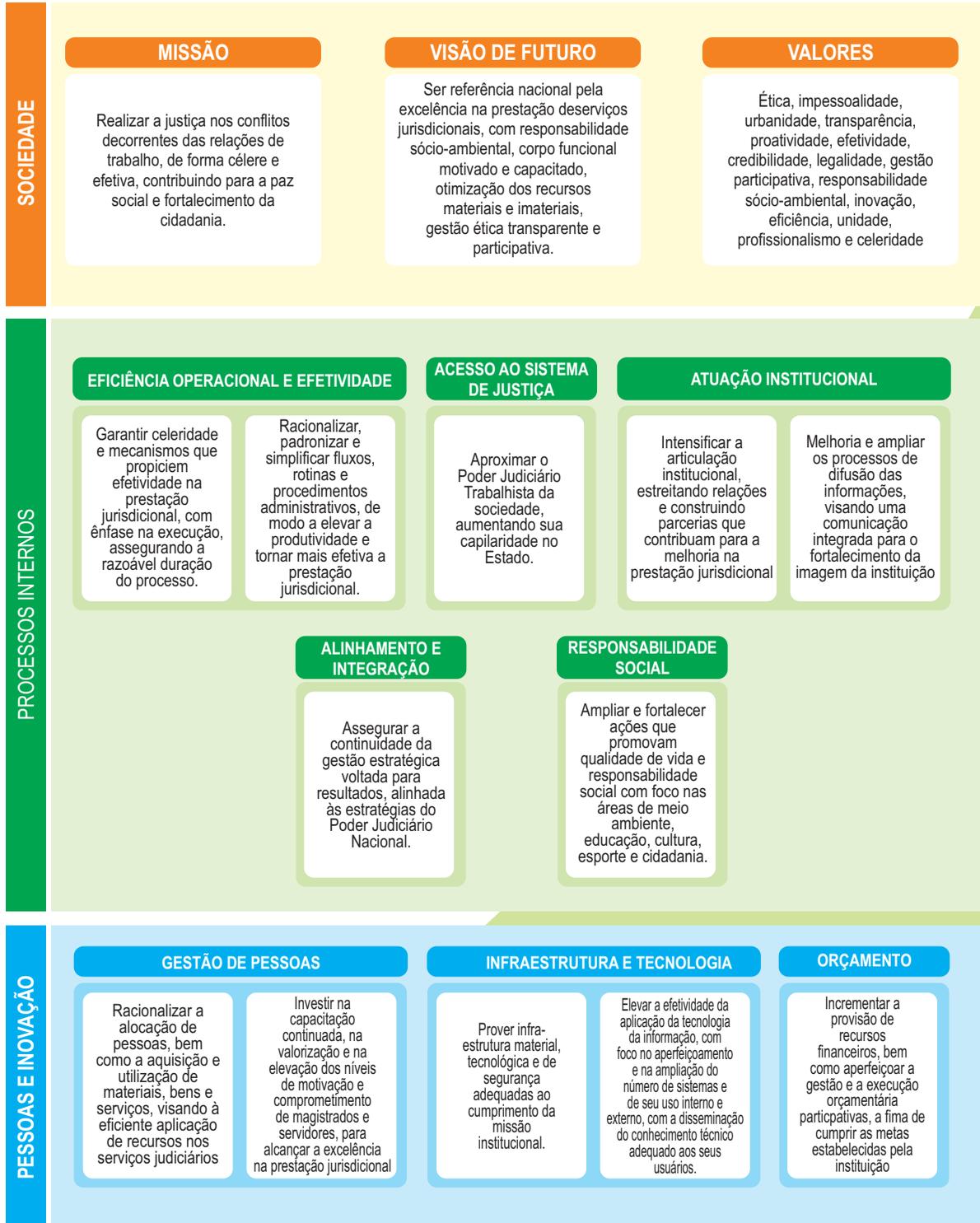
O horizonte temporal considerado é de 5 anos, conforme diretrizes emanadas do CNJ.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO TRT7:

1. Garantir celeridade e mecanismos que propiciem efetividade na prestação jurisdicional, com ênfase na execução, assegurando a razoável duração do processo.
2. Racionalizar a alocação de pessoas, bem como a aquisição e utilização de materiais, bens e serviços, visando à eficiente aplicação de recursos nos serviços judiciários.
3. Racionalizar, padronizar e simplificar fluxos, rotinas e procedimentos administrativos, de modo a elevar a produtividade e tornar mais efetiva a prestação jurisdicional.
4. Aproximar o Poder Judiciário Trabalhista da sociedade, aumentando sua capilaridade no Estado.
5. Ampliar e fortalecer ações que promovam qualidade de vida e responsabilidade social com foco nas áreas de meio ambiente, educação, cultura, esporte e cidadania.
6. Assegurar a continuidade da gestão estratégica voltada para resultados, alinhada às estratégias do Poder Judiciário Nacional.
7. Intensificar a articulação institucional, estreitando relações e construindo parcerias que contribuam para a melhoria na prestação jurisdicional.
8. Melhorar e ampliar os processos de difusão de informações, visando uma comunicação integrada para o fortalecimento da imagem da instituição.
9. Investir na capacitação continuada, na valorização e na elevação dos níveis de motivação e comprometimento de magistrados e servidores, para alcançar a excelência na prestação jurisdicional.
10. Prover infra-estrutura material, tecnológica e de segurança adequadas ao cumprimento da missão institucional.
11. Elevar a efetividade da aplicação da tecnologia da informação, com foco no aperfeiçoamento e na ampliação do número de sistemas e de seu uso interno e externo, com a disseminação do conhecimento técnico adequado aos seus usuários.
12. Incrementar a provisão de recursos financeiros, bem como aperfeiçoar a gestão e a execução orçamentária participativas, a fim de cumprir as metas estabelecidas pela instituição. O mapa estratégico é a representação gráfica dos resultados que a instituição precisa alcançar no horizonte de tempo considerado para concretizar a sua Identidade Organizacional.

10 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E MAPA ESTRATÉGICO

MAPA ESTRATÉGICO DO TRT7



11 INDICADORES E METAS

Os indicadores são índices utilizados para aferir resultados. O TRT da 7ª Região adotou indicadores aferidos pelo CNJ e criou outros considerados relevantes para o processo decisório da gestão institucional, impondo-se ressaltar que as metas propostas, o foram a partir de minuciosa pesquisa da série histórica dos últimos cinco anos (2004-2008), projetando-se os novos índices para os próximos cinco anos (2010-2014). Esses parâmetros permitirão medir com segurança a diferença entre a situação atual e a situação desejada.

As metas são os quantitativos que permitem avaliar o progresso na direção dos resultados pretendidos. Asseguram a aferição do alcance dos Objetivos Estratégicos e proporcionam uma base para a avaliação do desempenho da gestão.

INDICADORES E METAS DO TRT7

OBJETIVO ESTRATÉGICO TRT 7ª REGIÃO Nº.1.

Garantir celeridade e mecanismos que propiciem efetividade na prestação jurisdicional, com ênfase na execução, assegurando a razoável duração do processo.

INDICADORES		METAS				
		2010	2011	2012	2013	2014
1.1	Congestionamento no 2º Grau de Jurisdição	13%	10%	8%	6%	5%
1.2	Congestionamento na Fase de Conhecimento do 1º Grau de Jurisdição	24%	23%	21%	19%	17%
1.3	Congestionamento na Fase de Execução do 1º Grau de Jurisdição	60%	56%	50%	47%	45%
2.1	Conciliação na Fase de Conhecimento do 1º Grau de Jurisdição	47%	47%	47%	47%	47%
2.2	Conciliação na Fase de Execução do 1º Grau de Jurisdição	11%	11%	11%	11%	11%
3	Prazo Médio de Baixa do Processo no 2º Grau de Jurisdição contado da Distribuição	200	180	150	130	120
4.1	Prazo Médio de Baixa do Processo na Fase de Conhecimento do 1º Grau de Jurisdição - Rito Ordinário	110	105	100	95	90

11 INDICADORES E METAS

OBJETIVO ESTRATÉGICO TRT 7ª REGIÃO Nº.1. (continuação)
Garantir celeridade e mecanismos que propiciem efetividade na prestação jurisdicional, com ênfase na execução, assegurando a razoável duração do processo.

INDICADORES	METAS				
	2010	2011	2012	2013	2014
4.2 Prazo Médio de Baixa do Processo na Fase de Conhecimento do 1º Grau de Jurisdição - Rito Sumaríssimo	75	70	60	50	45
4.3 Prazo Médio de Baixa do Processo na Fase de Execução do 1º Grau de Jurisdição	401	361	325	292	263
5 Prazo Médio de Liquidação	170	150	130	110	90
6 Execuções Satisfeitas nas quais houve uso dos Sistemas Eletrônicos de Informação	70%	75%	80%	85%	90%
7.1 Produção Média por Magistrado no 2º Grau de Jurisdição	650	747	860	990	1140
7.2 Produção Média por Magistrado na Fase de Conhecimento do 1º Grau de Jurisdição	890	917	944	972	1000
7.3 Produção Média por Magistrado na Fase de Execução do 1º Grau de Jurisdição	142	149	151	161	170
8 Efetividade da Execução	11%	12%	13%	14%	15%
9.1 Recorribilidade Externa de Acórdãos do 2º Grau de Jurisdição	20%	18%	17%	16%	15%
9.2 Recorribilidade Externa da Fase de Conhecimento do 1º Grau de Jurisdição	54%	53%	52%	51%	50%

11 INDICADORES E METAS

OBJETIVO ESTRATÉGICO TRT 7ª REGIÃO N.º 1. (continuação)

Garantir celeridade e mecanismos que propiciem efetividade na prestação jurisdicional, com ênfase na execução, assegurando a razoável duração do processo.

INDICADORES	METAS					
	2010	2011	2012	2013	2014	
10	Decisões Líquidas da Fase de Conhecimento do 1º Grau de Jurisdição	25%	30%	40%	50%	60%
11.1	Redução do Passivo do 2º Grau de Jurisdição	50%	55%	60%	65%	70%
11.2	Redução do Passivo da Fase de Conhecimento do 1º Grau de Jurisdição	-10%	10%	20%	30%	40%
11.3	Redução do Passivo da Fase de Execução do 1º Grau de Jurisdição	15%	20%	25%	30%	35%

OBJETIVO ESTRATÉGICO TRT 7ª REGIÃO N.º 2.

Racionalizar a alocação de pessoas, bem como a aquisição e utilização de materiais, bens e serviços, visando à eficiente aplicação de recursos nos serviços judiciários

INDICADORES	METAS					
	2010	2011	2012	2013	2014	
12.1	Magistrados da Justiça do Trabalho por 100.000 Habitantes Cargos Criados (Existentes)	0,91	0,91	1,70	1,70	1,70
12.2	Força de Trabalho da Justiça do Trabalho por 100.000 Habitantes - Servidores do Quadro Efetivo e Ocupantes de Cargo em Comissão	10,98	10,98	10,98	10,98	10,98
13.1	Carga de Trabalho por Magistrado de 2º Grau de Jurisdição Processos Judiciais no 2º Grau de Jurisdição	788	793	815	862	924
13.2	Carga de Trabalho por Magistrado de 2º Grau de Jurisdição - Matéria Administrativa Distribuída no 2º Grau de Jurisdição	43	54	68	86	108
14.1	Carga de Trabalho por Magistrado de 1º Grau de Jurisdição	2.245	2.065	1.581	1.500	1.446

11 INDICADORES E METAS

OBJETIVO ESTRATÉGICO TRT 7ª REGIÃO N.º 2. (continuação)
Racionalizar a alocação de pessoas, bem como a aquisição e utilização de materiais, bens e serviços, visando à eficiente aplicação de recursos nos serviços judiciários

INDICADORES	METAS				
	2010	2011	2012	2013	2014
14.1.2 Carga de Trabalho por Magistrado de 1º Grau de Jurisdição no Processo de Conhecimento do 1º grau de Jurisdição	1.369	1.197	968	963	963
14.2.2 Carga de Trabalho por Magistrado de 1º Grau de Jurisdição na Fase de Execução do 1º grau de Jurisdição	1.137	868	613	537	483
14.3.1 Carga de Trabalho por Servidor no 2º Grau de Jurisdição	48	48	50	52	56
14.3.2 Carga de Trabalho por Servidor no 1º Grau de Jurisdição	274	262	248	235	227
14.3.2.1 Carga de Trabalho por Servidor na Fase de Conhecimento do 1º Grau de Jurisdição	150	152	152	151	151
14.3.2.2 Carga de Trabalho por Servidor na Fase de Execução do 1º Grau de Jurisdição	124	110	96	84	76
15 Prazo Médio para Contratação (Âmbito Administrativo) - Pregão	120	100	80	70	60
15.1 Prazo Médio para Contratação (Âmbito Administrativo) - Dispensa	70	30	30	30	30

11 INDICADORES E METAS

OBJETIVO ESTRATÉGICO TRT 7ª REGIÃO N.º 3.
Racionalizar, padronizar e simplificar fluxos, rotinas e procedimentos administrativos, de modo a elevar a produtividade e tornar mais efetiva a prestação jurisdicional

INDICADORES	METAS					
	2010	2011	2012	2013	2014	
16	Processos de Trabalho Mapeados Racionalizados e Manualizados	0%	10%	20%	30%	40%
17	Prazo Médio de Processo Administrativo - Pessoal	100	80	70	60	60

OBJETIVO ESTRATÉGICO TRT 7ª REGIÃO N.º 4.
Aproximar o Poder Judiciário Trabalhista da sociedade, aumentando sua capilaridade no Estado.

INDICADORES	METAS					
	2010	2011	2012	2013	2014	
18	Número de acessos eletrônicos à Informação	72.000	108.000	162.000	243.000	364.500
19	Número de demandantes (Pessoas Físicas e Jurídicas de Direito Privado Não Governamental)	59.271	61.523	64.599	67.829	71.220
20	Índice de Capilaridade	22,82%	22,82%	22,82%	22,82%	22,82%
21	Índice de Proximidade (Distância Igual ou Inferior a 100Km da Sede do Fórum Trabalhista)	79,34%	79,89%	79,89%	79,89%	79,89%

11 INDICADORES E METAS

OBJETIVO ESTRATÉGICO TRT 7ª REGIÃO N.º 5.

Ampliar e fortalecer ações que promovam qualidade de vida e responsabilidade social com foco nas áreas de meio ambiente, educação, cultura, esporte e cidadania

INDICADORES	METAS				
	2010	2011	2012	2013	2014
22 Total de Ações de Responsabilidade Sócio-ambiental	164	140	174	148	182
23 Adesão às Ações Relativas à Qualidade de Vida	50%	50%	60%	70%	80%

OBJETIVO ESTRATÉGICO TRT 7ª REGIÃO N.º 6.

Assegurar a continuidade da gestão estratégica voltada para resultados, alinhada às estratégias do Poder Judiciário Nacional.

INDICADORES	METAS				
	2010	2011	2012	2013	2014
24 Execução dos Projetos/Ações Aprovados no Planejamento Estratégico	85%	90%	95%	95%	95%
25 Continuidade dos Projetos/Ações Oriundos do Planejamento Estratégico	90%	95%	90%	95%	90%

OBJETIVO ESTRATÉGICO TRT 7ª REGIÃO N.º 7.

Intensificar a articulação institucional, estreitando relações e construindo parcerias que contribuam para a melhoria na prestação jurisdicional

INDICADORES	METAS				
	2010	2011	2012	2013	2014
26 Projetos Realizados em Parceria	10%	12%	14%	16%	20%

11 INDICADORES E METAS

OBJETIVO ESTRATÉGICO TRT 7ª REGIÃO N.º 8.
Melhorar e ampliar os processos de difusão de informações,
visando uma comunicação integrada para o fortalecimento da imagem da instituição

INDICADORES	METAS					
	2010	2011	2012	2013	2014	
27	Inserções na Mídia sobre o TRT	700	840	1008	1209	1450
28	Acesso a Notícias no Site do TRT	x+10%	x+20%	x+30%	x+40%	x+50%
29	Atendimentos da Ouvidoria	700	910	1183	1538	2000

OBJETIVO ESTRATÉGICO TRT 7ª REGIÃO N.º 9.
Investir na capacitação continuada, na valorização e na elevação dos níveis de motivação e comprometimento de magistrados e servidores, para alcançar a excelência na prestação jurisdicional

INDICADORES	METAS					
	2010	2011	2012	2013	2014	
30.1	Horas de Capacitação por Magistrado	16h	20h	24h	28h	32h
30.2	Horas de Capacitação por Servidor	8h	12h	16h	20h	24h
31.1	Capacitação - Magistrados	80%	80%	85%	85%	90%
31.2	Capacitação - Servidores	40%	45%	50%	55%	60%
32	Priorização de Ensino à Distância - Horas-Aula à Distância	50%	60%	70%	80%	90%

11 INDICADORES E METAS

OBJETIVO ESTRATÉGICO TRT 7ª REGIÃO Nº 9. *(continuação)*

Investir na capacitação continuada, na valorização e na elevação dos níveis de motivação e comprometimento de magistrados e servidores, para alcançar a excelência na prestação jurisdicional

INDICADORES	METAS				
	2010	2011	2012	2013	2014
33 Avaliação Funcional	7	7,25	7,5	7,75	8
34 Satisfação dos Magistrados e Servidores com o Clima Organizacional do TRT	70%	75%	80%	85%	90%

OBJETIVO ESTRATÉGICO TRT 7ª REGIÃO Nº 10.

Prover infra-estrutura material, tecnológica e de segurança adequadas ao cumprimento da missão institucional

INDICADORES	METAS				
	2010	2011	2012	2013	2014
35 Unidades Judiciárias adequadas à Resolução Nº 54/2008 do CSJT	10%	20%	30%	40%	50%
36.1 Sinistralidade Patrimonial	1	1	1	1	0
36.2 Sinistralidade Pessoal	70	60	50	40	30

11 INDICADORES E METAS

OBJETIVO ESTRATÉGICO TRT 7ª REGIÃO Nº 11.

Elevar a efetividade da aplicação da tecnologia da informação, com foco no aperfeiçoamento e na ampliação do número de sistemas e de seu uso interno e externo, com a disseminação do conhecimento técnico adequado aos seus usuários

INDICADORES	METAS					
	2010	2011	2012	2013	2014	
37	Satisfação de Usuário Externo em relação aos Recursos de Tecnologia da Informação Disponibilizados pelo TRT	50%	55%	65%	75%	80%
38	Satisfação de Magistrados e Servidores com os Recursos de Tecnologia da Informação Disponibilizados pelo TRT	50%	55%	65%	75%	80%
39	Disponibilidade de Sistemas On-line	95%	96%	97%	98%	99,50%
40	Maturidade em Governança de TI	1	2	3	4	5

OBJETIVO ESTRATÉGICO TRT 7ª REGIÃO N.º 12.

Incrementar a provisão de recursos financeiros, bem como aperfeiçoar a gestão e a execução orçamentária participativas, a fim de cumprir as metas estabelecidas pela instituição

INDICADORES	METAS					
	2010	2011	2012	2013	2014	
41	Despesa Real	90%	91%	93%	94%	95%
42	Distribuição da Despesa com Bens e Serviços	6,50%	7,50%	8,50%	9,50%	10,00%
43	Despesas Diretas com Investimentos	0,75%	0,80%	0,85%	0,90%	1,00%

12 PLANO OPERACIONAL

Considerando os Objetivos Estratégicos, Indicadores e Metas, foram elaboradas para cada Objetivo, as Ações e indicados Projetos com uma concepção corporativa. O Plano Operacional possui um caráter sistêmico, que se faz sentir na abrangência dos impactos de cada proposição e no envolvimento de representantes de diversas áreas.

Seguindo diretrizes do CNJ, as ações e projetos indicados foram sintetizados, em caráter preliminar, em 16 projetos prioritários.

12.1 AÇÕES E INDICAÇÕES DE PROJETOS

Objetivo Estratégico 1: Garantir celeridade e mecanismos que propiciem efetividade na prestação jurisdicional, com ênfase na execução, assegurando a razoável duração do processo

- 1.1. Promover encontros, palestras, oficinas de trabalho, freqüentes e permanentes, levando ao conhecimento dos servidores e magistrados as boas práticas já alcançadas neste Regional e em outros.
- 1.2. Capacitar e treinar os servidores para a eficiente execução dos diversos serviços desenvolvidos pelas unidades judiciárias.
- 1.3. Adequar proporcionalmente o número de servidores e as atividades desenvolvidas pela unidade judiciária.
- 1.4. Melhorar o sistema informatizado de acompanhamento processual, de modo a permitir melhor adequação e controle das rotinas desenvolvidas pela unidade judiciária, inclusive com a unificação dos sistemas SPT1 e SPT2.
- 1.5. Uniformizar os procedimentos e rotinas administrativas nas unidades judiciárias, inclusive com a elaboração de manual de normas e procedimentos.
- 1.6. Criar reserva técnica de Juízes e servidores para auxiliar às Varas nas hipóteses de congestionamento processual.
- 1.7. Adotar o sistema de AR eletrônico com o fito de possibilitar o rastreamento eletrônico de todas as notificações geradas pelas unidades judiciárias.
- 1.8. Criar quadro especializado de servidores em liquidação de créditos.
- 1.9. Emitir certidão negativa e positiva via internet.
- 1.10. Criar sistema de consulta online junto aos Ofícios Imobiliários para verificação de bens, a exemplo do que ocorre com o RENAJUD.
- 1.11. Criar banco de teses e jurisprudências na 1ª instância, disponível aos magistrados, para agilizar a prolação de sentenças.

Objetivo Estratégico 2: Racionalizar a alocação de pessoas, bem como a aquisição e utilização de materiais, bens e serviços, visando à eficiente aplicação de recursos nos serviços judiciários

- 2.1. Mapear o Quadro Funcional, para aproveitar o potencial de cada um, realocando os servidores, conforme seu perfil.

12 PLANO OPERACIONAL

- 2.2. Alocar os servidores com base no Sistema de Gestão por Competências.
- 2.3. Realizar o Planejamento Anual de Necessidades de Materiais – PAM.
- 2.4. Realizar Diagnóstico sobre a relação entre o número de Magistrados e Servidores e a necessidade de Pessoal do TRT-7ª Região.

Objetivo Estratégico 3: Racionalizar, padronizar e simplificar fluxos, rotinas e procedimentos administrativos, de modo a elevar a produtividade e tornar mais efetiva a prestação jurisdicional

- 3.1. Remodelar os processos administrativos.
- 3.2. Normatizar os procedimentos administrativos.
- 3.3. Divulgar, internamente, os processos e procedimentos remodelados e normatizados.
- 3.4. Desenvolver ou aprimorar o sistema de acompanhamento processual administrativo.
- 3.5. Implantar o processo administrativo digital.
- 3.6. Implantar o processo administrativo eletrônico.

Objetivo Estratégico 4: Aproximar o Poder Judiciário Trabalhista da sociedade, aumentando sua capilaridade no Estado

- 4.1. Melhorar o site do Tribunal na Internet.
- 4.2. Elaborar Projeto para Criação de Novas Varas.
- 4.3. Ampliar o número de Postos Avançados.
- 4.4. Criar novos cargos de juiz substituto.
- 4.5. Implementar a Vara Itinerante.
- 4.6. Promover Eventos de divulgação dos Direitos Trabalhistas junto à Sociedade, no âmbito do TRT e em espaços públicos, inclusive no interior do Estado.

Objetivo Estratégico 5: Ampliar e fortalecer ações que promovam qualidade de vida e responsabilidade social com foco nas áreas de meio ambiente, educação, cultura, esporte e cidadania

- 5.1. Criar o Programa de Saúde Preventiva do TRT-7ª Região.
- 5.2. Ampliar o Programa de Preparação para Aposentadoria.
- 5.3. Capacitar com recursos materiais e instalações físicas adequadas o Atendimento Médico-Odontológico e Psicossocial.
- 5.4. Ampliar o Programa de Educação Ambiental.
- 5.5. Promover Ações de Responsabilidade Social.

12 PLANO OPERACIONAL

Objetivo Estratégico 6: Assegurar a continuidade da gestão estratégica voltada para resultados, alinhada às estratégias do Poder Judiciário Nacional.

- 6.1. Criar comissões junto às unidades judiciárias e demais setores do Tribunal, visando ao acompanhamento e consecução dos objetivos e metas estratégicos.
- 6.2. Utilizar o planejamento estratégico como diretriz das atividades desenvolvidas pelo Tribunal e acompanhar a sua adequação.

Objetivo Estratégico 7: Intensificar a articulação institucional, estreitando relações e construindo parcerias que contribuam para a melhoria na prestação jurisdicional.

- 7.1. Gerar parcerias visando a troca de informações e celeridade processual com a AGU, MPT, SRTE; RECEITA FEDERAL DO BRASIL, etc.
- 7.2. Formalizar convênio com instituições de crédito e cartórios para negativar devedores da Justiça do Trabalho (SERASA, SPC, SICAF, etc.).

Objetivo Estratégico 8: Melhorar e ampliar os processos de difusão de informações, visando uma comunicação integrada para o fortalecimento da imagem da instituição

- 8.1. Criar projeto para inserções periódicas nas diversas mídias, sobre as ações do Tribunal.
- 8.2. Ampliar e divulgar a atividade desenvolvida pela Ouvidoria do Tribunal
- 8.3. Promover Encontros e Palestras para divulgação e promoção das boas práticas deste Regional e de Outros Regionais.
- 8.4. Elaborar projeto para melhoria da comunicação interna.
- 8.5. Elaborar projeto para melhoria da comunicação externa.

Objetivo Estratégico 9: Investir na capacitação continuada, na valorização e na elevação dos níveis de motivação e comprometimento de magistrados e servidores, para alcançar a excelência na prestação jurisdicional.

- 9.1. Ampliar o Programa de Instrutoria Interna.
- 9.2. Viabilizar o acesso dos servidores a treinamentos garantindo a transparência.
- 9.3. Disseminar as atribuições setoriais entre os servidores e Estabelecer Rodízio de Atribuições.
- 9.4. Instituir Programa de Excelência no Atendimento.
- 9.5. Realizar Pesquisa de Satisfação do Servidor.
- 9.6. Ampliar a Gestão Participativa.
- 9.7. Criar o Programa Permanente de Capacitação e Plano Anual de Capacitação, nos moldes da Portaria Conjunta nº. 01/03 – 2007.
- 9.8. Institucionalizar o Ensino à distância (EAD).
- 9.9 Rever os critérios e a metodologia da Avaliação Funcional (nova formatação).

12 PLANO OPERACIONAL

Objetivo Estratégico 10: Prover infra-estrutura material, tecnológica e de segurança adequadas ao cumprimento da missão institucional

- 10.1. Padronizar a estrutura tecnológica e o mobiliário (de acordo com a Res. CSJT 54/08).
- 10.2. Adequar as instalações físicas das Varas do interior
- 10.3. Adquirir e distribuir o mobiliário padronizado para as varas do interior.
- 10.4. Adquirir mobiliário padronizado para os 3 prédios do TRT.
- 10.5. Adquirir equipamentos atendendo a padronização (exceto computadores) para as varas do interior.
- 10.6. Adquirir software de gestão integrada de patrimônio, com leitura de código de barras.
- 10.7. Criar e manter a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes no Ambiente de Trabalho (CIPAT).
- 10.8. Manter a Brigada de Incêndio sem solução de continuidade.
- 10.9. Estruturar fisicamente e funcionalmente a divisão de segurança e transporte do TRT.
- 10.10. Estabelecer política de segurança.
- 10.11. Adquirir terreno vizinho ao TRT.
- 10.12. Adquirir terrenos contíguos ao Fórum (capital).
- 10.13. Construir de modo sustentável, o 3º anexo do TRT (gabinetes de desembargadores, outras unidades do TRT e mais estacionamentos para magistrados e servidores).
- 10.14. Construir de modo sustentável o depósito judicial e estacionamento.
- 10.15. Construir de modo sustentável o prédio para mais 4 Varas e outras unidades do TRT.
- 10.16. Adequar, de modo sustentável, o prédio antigo, do Fórum Autran Nunes.
- 10.17. Adequar, de modo sustentável, os consultórios odontológicos do complexo sede do Tribunal.
- 10.18. Modernizar os elevadores (2 do anexo I, 3 do anexo II e 2 do antigo Fórum).
- 10.19. Implantar uma solução sustentável no âmbito da engenharia e arquitetura para o problema de elevadores do Ed. Dom Hélder.
- 10.20. Moderniza o parque gráfico.
- 10.21. Renovar e ampliar a frota de veículos do TRT.

Objetivo Estratégico 11: Elevar a efetividade da aplicação da tecnologia da informação, com foco no aperfeiçoamento e na ampliação do número de sistemas e de seu uso interno e externo, com a disseminação do conhecimento técnico adequado aos seus usuários

- 11.1. Elaborar pesquisa de satisfação junto às partes e advogados.
- 11.2. Elaborar pesquisa de satisfação junto aos Magistrados e Servidores.
- 11.3. Elaborar o PDTI.
- 11.4. Implantar a Política de Segurança da Informação do Tribunal.

12 PLANO OPERACIONAL

- 11.5. Implantar a metodologia de gerenciamento de serviços com base nos conceitos da biblioteca ITIL.
- 11.6. Implantar a metodologia COBIT.
- 11.7. Implantar o escritório de projetos de TI (articulado com o Núcleo de Desenvolvimento de Projetos da Assessoria de Planejamento Estratégico).
- 11.8. Instituir um programa continuado visando a avaliação e melhoria dos Sistemas em uso no Tribunal.
- 11.9. Implantar programas continuados de capacitação de usuários de TI.

Objetivo Estratégico 12: Incrementar a provisão de recursos financeiros, bem como aperfeiçoar a gestão e a execução orçamentária participativas, a fim de cumprir as metas estabelecidas pela instituição

- 12.1. Planejar, anualmente, todas as ações da administração com cronograma setorizado.
- 12.2. Manter as parcerias atuais e buscar novas parcerias, a fim de incrementar os recursos financeiros do regional.
- 12.3. Assegurar o efetivo exercício da Comissão de Orçamento Participativo.
- 12.4. Capacitar os gestores dos contratos do PPA.

12.2 PROJETOS PRIORITÁRIOS

- Implementação da Gestão Estratégica.
- Reestruturação Organizacional.
- Ampliação da Atuação da Justiça do Trabalho.
- Gestão por Competências.
- Implantação do Processo Eletrônico.
- Desenvolvimento Humano.
- Melhoria de Gestão na 1ª Instância.
- Desenvolvimento de TI.
- Governança de TI.
- Melhoria de Gestão Administrativa.
- Revisão do Orçamento.
- Melhoria do Sistema Informatizado de Acompanhamento de Processos.
- TRT7 e sociedade.
- Articulação de Parcerias.
- Estrutura física, material, tecnológica e de segurança.
- Banco de Teses e Jurisprudências.

13 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa de Gestão Estratégica do TRT da 7ª Região, ora apresentado, expressa o perfil e as prioridades da instituição, pretendendo aglutinar os esforços de todos os magistrados e servidores para dotar o Regional de uma administração a um só tempo moderna, científica e democrática, no objetivo maior de atingir a excelência na prestação de serviços judiciais.

O exercício da gestão estratégica é, sobretudo, a prática da mudança, da quebra de paradigmas, e da complementaridade entre as pessoas e órgãos componentes da instituição, todos irmanados na busca de aproximar cada vez mais a Justiça do cidadão, e de fazer com que a prestação jurisdicional lhe seja entregue de forma cada vez mais rápida, segura e eficaz. Está vinculada, portanto, a uma reconfiguração da cultura organizacional, no que se refere a pensamentos e práticas institucionais.

O Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região tem consciência de que os resultados sinteticamente relatados no presente documento apenas demarcam o início desse longo processo de transformações, que para ser concretizado terá que ter condução firme, determinada, continuada e profundamente participativa, em benefício da instituição, do jurisdicionado, e da sociedade cearense como um todo.

Inocência Rodrigues Uchôa

Coordenador Geral do Planejamento Estratégico

Secretário Geral da Presidência do TRT da 7ª Região

Juiz Federal do Trabalho Aposentado



Av. Santos Dumont, 3384 - Aldeota
CEP. 60150.162 - Fortaleza - Ceará
Fone: (85) 3388.9400 (85) 3388.9300
www.trt7.jus.br